

Desigualdade social e contribuições teóricas da psicologia social: uma análise do filme “Que horas ela volta?”

Israel Marques Campos¹

Danielle dos Santos Barboza²

Iasmin Almeida Lôbo Silva³

Isa Rios Cardoso da Silva⁴

Edvaldo Caldas de Andrade Neto⁵

Submetido: 17/04/2025

Aceito: 30/05/2025

RESUMO

O filme “Que horas ela volta” (2015), aborda por meio da trajetória da personagem Val, uma problemática latente da sociedade brasileira: a desigualdade. Com a chegada de Jéssica, filha de Val, há uma evidência da dinâmica de relações desiguais entre patrões e empregados. Sendo assim, o presente artigo tem por objetivo fazer uma análise fílmica da longa-metragem partindo de princípios dos referenciais teóricos dentro da psicologia social: sofrimento ético-político (Sawaia, 2001), desigualdade como hierarquização da diferença (Kulnig, 2019), violência simbólica (Bourdieu, 2002), subcidadania (Souza, 2009 e 2017), invisibilidade pública (Costa, 2004) e humilhação social (Gonçalves, 1998). Pode-se alargar a compreensão acerca de como a classe dominante se utiliza de mecanismos de violência, principalmente simbólicos, para manter um determinado grupo de pessoas em situação de subordinação.

PALAVRAS-CHAVE: Desigualdade; Arte; Sociedade; Psicologia Social, Cinema.

¹ Doutor em Educação - UFBA. Pesquisador em Estágio Pós-Doutoral - UFRB. Portfólio: www.israelcamposedh.com . E-mail: isracamposedh@gmail.com.

² Bacharela em Saúde - UFRB, graduanda em Psicologia - UFRB. E-mail :danibarboza0205@gmail.com.

³ Bacharela em Saúde - UFRB, graduanda em psicologia - UFRB- Email: iasminwolf@gmail.com.

⁴ Bacharela em Saúde - UFRB, graduanda em psicologia - UFRB. Especializanda em Psicologia Organizacional e do Trabalho e em Gestão de Pessoas com ênfase no Comportamento Organizacional - UNILESTE - Email: isa.rios2001@gmail.com.

⁵ Bacharel em Saúde - UFRB, graduando em psicologia - UFRB. Especializando em Neuropsicologia - UNIAENE - Email: edvaldocaldaspsi@gmail.com.

Social inequality and theoretical contributions of social psychology: an analysis of the film “The second mother”

ABSTRACT

The film “The Second Mother” (2015), addresses, through the trajectory of the character Val, a latent problem in Brazilian society: inequality. With the arrival of Jéssica, Val's daughter, there is evidence of the dynamics of unequal relationships between employers and employees. Therefore, the present article aims to carry out a filmic analysis of the feature film based on the principles of theoretical references within social psychology: ethical-political suffering (Sawaia, 2001), inequality as a hierarchization of difference (Kulnig, 2019), symbolic violence (Bourdieu, 2002), sub-citizenship (Souza, 2009 and 2017), public invisibility (Costa, 2004) and social humiliation (Gonçalves, 1998). It is possible to broaden the understanding of how the dominant class uses mechanisms of violence, mainly symbolic, to keep a certain group of people in a situation of subordination.

KEY-WORDS: Inequality; Art; Society; Social Psychology; Cinema.

Desigualdad social y aportes teóricos de la psicología social: un análisis de la película “Una segunda madre”

RESUMEN

La película "La Segunda Madre" (2015) aborda, a través de la historia de Val, un problema latente en la sociedad brasileña: la desigualdad. Con la llegada de su hija, Jéssica, se evidencia la dinámica de las relaciones desiguales entre empleadores y empleados. Por lo tanto, este artículo busca analizar la película con base en principios de marcos teóricos de la psicología social: sufrimiento ético-político (Sawaia, 2001), desigualdad como jerarquía de diferencias (Kulnig, 2019), violencia simbólica (Bourdieu, 2002), subciudadanía (Souza, 2009 y 2017), invisibilidad pública (Costa, 2004) y humillación social (Gonçalves, 1998). Este artículo puede ampliar nuestra comprensión de cómo la clase dominante utiliza mecanismos de violencia, principalmente simbólicos, para mantener a un grupo de personas en una situación de subordinación.

PALABRAS-CLAVE: Desigualdad, Arte, Sociedad, Psicología Social, Cine.

Introdução

O filme “Que Horas Ela Volta?” (2015), dirigido por Anna Muylaert, é uma das obras audiovisuais brasileiras mais aclamadas da última década, abordando de forma sensível e crítica a desigualdade social e as relações de classe no Brasil. O longa-metragem acompanha a trajetória de Val (Regina Casé), uma empregada doméstica nordestina que trabalha há anos na casa de uma família de classe alta em São Paulo, enquanto cria à distância sua filha Jéssica (Camila Márdila). Quando Jéssica chega à cidade para prestar vestibular, sua postura questionadora e sua recusa em aceitar as normas implícitas de subordinação escancaram a rigidez das hierarquias sociais ainda presentes na sociedade brasileira.

A narrativa do filme se desenvolve a partir do choque entre a conformidade de Val e a postura contestadora de Jéssica, evidenciando como a desigualdade social se manifesta não apenas nas diferenças econômicas, mas também na estruturação dos espaços, nas relações interpessoais e nos afetos. *Que Horas Ela Volta?* (2015) propõe uma reflexão profunda sobre os resquícios da herança escravocrata no Brasil e a persistência de relações de trabalho baseadas na submissão e na dependência emocional.

Dessa forma, conforme Campos *et al.* (2024), o cinema brasileiro tem desempenhado um papel significativo ao abordar questões sociais complexas, como saúde mental, desigualdade e exclusão, servindo como ferramenta de reflexão crítica sobre a realidade vivida por diferentes grupos sociais. Nesse sentido, o filme exemplifica como o cinema pode ser utilizado não apenas como entretenimento, mas como um instrumento para denunciar desigualdades históricas e tensionar os limites entre classes, afetos e espaços na contemporaneidade brasileira.

Nesse processo de denúncia e reinvenção simbólica, a Folkcomunicação surge como uma chave interpretativa relevante para compreender as formas de comunicação populares expressas ao longo do filme. Enquanto campo teórico-metodológico, a Folkcomunicação busca compreender os fluxos comunicacionais entre os sistemas formais e informais, reconhecendo os modos de expressão das camadas populares como práticas legítimas e significativas. Embora emergente de uma matriz funcionalista, a teoria formulada por Luiz Beltrão foi tensionada por influências marxistas, como os conceitos de alienação, marginalização e superestrutura, principalmente a partir do diálogo com a proposta de “recomposição folclórica” do sociólogo Edison Carneiro (Amphilo, 2011).

Essa inflexão crítica permite à Folkcomunicação abranger a historicidade das práticas culturais e comunicacionais dos setores populares. Beltrão (1980) destaca que é no grupo social que o “homem-massa” pode reencontrar sua identidade e reconstruir sua voz, resgatando o papel político e subjetivo da comunicação informal em contextos de exclusão. Essa abordagem,

segundo Amphilo (2011) também se aproxima de Ortega y Gasset e Carl Rogers ao valorizar a escuta e a autenticidade nas interações humanas, permite interpretar o cotidiano de Val — marcado por gestos, silêncios e códigos corporais — como formas de expressão enraizadas na cultura popular.

A chegada de Jéssica rompe com essa lógica subalterna, ressignificando os códigos comunicacionais da classe trabalhadora diante dos espaços da elite, em um movimento que atualiza as formas de resistência e reinvenção cultural. Nesse sentido, a Folkcomunicação contribui para a leitura crítica do filme ao evidenciar os processos comunicacionais não hegemônicos como formas de subjetivação, resistência simbólica e disputa por reconhecimento social.

Este artigo analisará como o filme representa a desigualdade social a partir de categorias teóricas fundamentais para a compreensão das suas implicações psicológicas, sociais e políticas.

Serão discutidos conceitos alinhados à fundamentação teórica da psicologia social, sendo conceituada como o estudo científico da interação social e dos processos psicológicos/cognitivos e comportamentais decorrentes dessa interação (Rodrigues; Assmar; Jablonski, 2000) e de acordo com a Resolução CFP Nº 005/2003, “uma área da Psicologia que atua fundamentada na compreensão da dimensão subjetiva dos fenômenos sociais e coletivos, sob diferentes enfoques teóricos e metodológicos, com o objetivo de problematizar e propor ações no âmbito social”.

Metodologicamente, este estudo configura-se como um artigo teórico, fundamentado em revisão bibliográfica e análise fílmica. A análise da obra “Que Horas Ela Volta?” (2015) parte da compreensão do cinema como linguagem e prática cultural, capaz de expressar, tensionar e reconfigurar sentidos socialmente compartilhados (Napolitano, 2003). Entende-se, assim, que o cinema pode operar como um dispositivo pedagógico e político, interpelando subjetividades, denunciando estruturas de dominação e provocando deslocamentos críticos no espectador.

A abordagem fílmica adotada neste trabalho inspira-se nos aportes de Ismail Xavier (2005), que propõe uma leitura do cinema como discurso, articulando forma e conteúdo na construção simbólica e ideológica das obras. A análise considera, portanto, como os recursos narrativos, estéticos e expressivos do filme — tais como enquadramentos, diálogos, gestos e silêncios — contribuem para a produção de significados sociais e políticos em torno das temáticas abordadas.

Além disso, a revisão bibliográfica foi conduzida segundo os princípios da pesquisa qualitativa, conforme proposto por Minayo (2002), priorizando a compreensão dos fenômenos

sociais em sua complexidade simbólica, subjetiva e cultural. Nesse contexto, foram mobilizados referenciais teóricos oriundos da psicologia social e da sociologia, que fundamentam as categorias analíticas centrais do estudo. Entre os conceitos utilizados para a análise destacam-se: sofrimento ético-político (Sawaia, 2001), desigualdade como hierarquização da diferença (Kulnig, 2019), violência simbólica (Bourdieu, 2002), subcidadania (Souza, 2009; 2017), invisibilidade pública (Costa, 2004) e humilhação social (Gonçalves, 1998). Esses referenciais possibilitam evidenciar como as dinâmicas de poder, exclusão e dominação se atualizam nas relações entre classes no Brasil contemporâneo, especialmente no contexto doméstico representado pelo filme.

Desigualdade social enquanto hierarquização da diferença

Na estrutura social, a desigualdade pode ser definida como a diferença no acesso a bens, sejam eles materiais ou imateriais. Tal fenômeno social afeta diretamente a construção do indivíduo, sua autoimagem e a forma como é percebido socialmente, ou seja, desempenha um papel estruturante na formação das subjetividades. A desigualdade também se expressa nas relações de poder, em que determinados grupos exercem dominação sobre outros, reforçando a hierarquização social e gerando diversos tipos de sofrimento (Kulnig, 2019).

A desigualdade por muito tempo foi discutida seguindo unicamente um viés economicista, reduzida sob o ponto de vista da renda das pessoas. No entanto, vale ressaltar que ela não é expressa somente na diferença de poder aquisitivo entre as pessoas, pois não limita-se a isso de forma isolada, ela engloba inúmeras outras esferas. Todavia, esse foco na diferença de renda pode acabar tornando invisível todas as demais dores e disparidades existentes (Souza, 2009). A desigualdade vem com uma ideia enraizada e na maioria das vezes naturalizada, de que as “coisas” não podem ser transformadas porque já existe uma antiga estrutura social de como as “coisas” acontecem e devem acontecer (Souza, 2017). Desse modo, nos últimos tempos, teóricos e pesquisadores da psicologia social têm se debruçado a ampliar a discussão da desigualdade, buscando compreender os impactos na dimensão subjetiva do sujeito e das coletividades.

Considerando as discussões sobre desigualdade social, é possível estabelecer conexões relevantes com o filme, que se apresenta como um exemplo contemporâneo de forma vívida as disparidades originadas pela desigualdade, exploração e conflitos entre diferentes classes sociais. Esses temas impactam diretamente na formação de identidades individuais e na construção de cada subjetividade. As relações de poder e conflito social são simbolizadas na

linguagem, no discurso e também na maneira como o filme é estruturado.

A formação subjetiva da desigualdade está profundamente ligada à lógica da distinção, conforme desenvolvido por Bourdieu (2007). A distinção não se refere apenas à diferença em si, mas à produção de valor e prestígio social atribuído a determinados gostos, estilos de vida e formas de expressão que servem como marcadores de classe. Por meio dessa lógica, os grupos dominantes impõem o que é socialmente legítimo, restringindo o acesso dos demais aos bens simbólicos — como saberes, títulos, modos de fala e comportamentos — e objetivos — como moradia, educação e renda. Essa hierarquização está associada ao capital simbólico, que é o reconhecimento social acumulado por um indivíduo ou grupo, muitas vezes naturalizado como “mérito”, mas que na verdade reflete desigualdades estruturais. Esses valores são internalizados no habitus, isto é, um conjunto de disposições duradouras que orientam a forma como os sujeitos percebem, sentem e agem no mundo, reproduzindo a ordem social sem que seja necessário o uso direto da força.

Nesse sentido, aplica-se uma desumanização do outro como forma de justificar a violência exercida em um determinado grupo em condição de vulnerabilização. De acordo com Abramovay (2014, p. 587) a vulnerabilidade social é “o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que proveem do Estado, do mercado e da sociedade”. Portanto, a vulnerabilidade reside, não no indivíduo, mas na falta ou na não-condição de acesso a bens materiais e bens de serviço que possam suprir aquilo que pode torná-lo vulnerável. Sendo assim, a desigualdade social se distingue de formas individuais de dor, ela é um processo social e coletivo, que perpassa os conceitos de hierarquização da diferença, humilhação social, violência simbólica, sofrimento ético-político, invisibilidade pública e subcidadania.

Ao longo do filme, observa-se que a personagem Val enfrenta situações dentro da casa dos patrões que ressaltam a desigualdade para além do aspecto econômico. Existe uma linha imaginária que delimita quais itens e espaços são destinados aos rendimentos dos empregados (analogicamente às pessoas de baixa renda). Isso contrasta com o que é reservado para os indivíduos de classe alta, ou seja, os patrões. Essas questões vão desde a separação de copos até o local permitido para almoçar dentro da casa.

Um elemento que atravessa o filme a todo momento é o sorvete, qual sorvete cada um pode tomar e qual não pode, sendo um grande marcador da desigualdade no filme que é uma distinção tanto material, quanto simbólica dos bens que as pessoas têm permissão de ter acesso

a partir da sua classe, qualquer pessoa que tente se apropriar de um objeto que é tido como proibido a ele, é visto com estranhamento e até mesmo interpretado como uma pessoa soberba, que é o que acontece com Jéssica, que ao utilizar os mesmos bens que seus patrões, é vista como uma pessoa arrogante e mal-educada. Conforme Souza (2009, p. 19): “É a herança imaterial [...], na verdade, que vai permitir casamentos vantajosos, amizades duradouras e acesso a relações sociais privilegiadas que irão permitir a reprodução ampliada do próprio capital material.” A partir disso, sabe-se que o capital em si não é a única diferença existente, mas a naturalização da desigualdade faz com que sejam perpetuados e mantidos comportamentos que com o passar do tempo e em diferentes situações, são geradores de privilégios na sociedade e sustenta o capital em domínio dos mesmos.

Apesar da postulação de que Dona Val é praticamente considerada parte da família, é notória a segregação dos patrões em relação a ela. Essa separação está tão profundamente enraizada que todos, incluindo Val, a aceitam como algo natural, mesmo que, por ora, seja apresentada de modo evidente. Às vezes, essa segregação é sutil, tornando-se implícita através de um jogo de palavras, ao invés de ser comunicada diretamente. Por exemplo: não é explicitamente dito que os funcionários não podem usar a piscina, mas eles sabem que não é permitido. Esse uso do discurso articulado torna a delimitação explícita sem parecer agressivo. Assim, os patrões conseguem manter a imagem de pessoas benevolentes e caridasas.

Além disso, pode-se destacar que os patrões afirmarem considerar Val como “membro da família”, carrega um peso simbolicamente identificável no aspecto da dominação. Tal afirmação, embora aparentemente afetuosa, opera com a intenção subjetiva de incutir nela um sentimento de “valor”, de modo que ela não perceba problemas em situações, como a divisão de alimentos e acomodações de qualidade inferior, como um pequeno quarto. Dessa forma, utilizam essas táticas subjetivas para exercer o papel de dominantes sobre o grupo, subordinando Dona Val aos interesses da família. Essas circunstâncias se dão através de pilares da desigualdade social por meio de estratégias de dominação, o que colabora para o processo de hierarquização, que provoca diferenciação de tratamentos e aceitação da submissão (Kulnig, 2019).

Choque de gerações: conformismo x resistência

Essa dinâmica de dominação muda um pouco quando Jéssica, filha de Dona Val, passa um tempo na casa dos patrões. Ela quebra essa fronteira que delimita os espaços e se reconhece como alguém com direitos, em vez de uma pessoa subordinada a caridades providas por indivíduos ricos, como os patrões. Jéssica se encontra em uma posição em que não aceita ser diminuída, pois em algum ponto de sua vida, ela adquiriu conhecimento sobre seus direitos e aprendeu a valorizar sua própria identidade. Ela expressa essa consciência quando diz: "Não sou superior a ninguém, mas também não sou inferior", ao ser questionada sobre ocupar espaços que aparentemente não lhe pertenceriam.

Contrapondo vários elementos desse cenário hierarquizado, Jéssica, chega do Nordeste com o objetivo de prestar vestibular para uma das melhores faculdades de São Paulo. Durante sua apresentação aos patrões de Val, prevalecem pensamentos e falas preconceituosas, camufladas pelos rituais sociais de boas-vindas. A partir desse ponto, diversas disputas por espaço se desencadeiam. Primeiramente, quando Jéssica expressa sua vontade de cursar arquitetura na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, surgem olhares entre os familiares e comentários que a descredibilizam. Ela é interpretada como alguém incapaz de ocupar aquele espaço reservado a um grupo diferente do seu.

Ao longo das cenas, Jéssica começa a provocar desconforto e estranheza entre os donos da casa. Em uma cena, Fabinho (filho dos patrões) comenta com Val que achou Jéssica estranha, porque ela parecia muito segura de si. Porém, por trás dessa verbalização, há uma verdade mais profunda. Seguindo a estrutura arraigada na sociedade, uma pessoa nordestina, sem recursos e com níveis educacionais defasados, de origem socialmente desfavorecida, que se prepara para prestar vestibular em uma das universidades mais concorridas do país, deveria, pelo menos segundo as expectativas, sentir ansiedade e insegurança, ou talvez nem deveria tentar prestar vestibular. No entanto, a personagem é uma figura externa a essa dinâmica e adota uma postura de enfrentamento diante de todas as opressões vivenciadas.

Ao final do filme, Jéssica, rompe definitivamente essa lógica socialmente esperada, pois conquista a vaga na universidade. Apesar de não ter sido explícito no filme, a entrada dela em uma das universidades mais concorridas da cidade, precisa ser reconhecida não por meio de um discurso meritocrático ou de talentos inatos, mas como fruto de políticas públicas que possibilitem a entrada de jovens como ela em instituições de ensino superior. Souza (2009), defende que discursos sobre meritocracia, que reforçam que todos são capazes e que "basta se esforçar", é um dos fatores que colabora mais ainda para a existência de um sistema de privilégios para classe dominante. Nesse sentido, a perspectiva da folkcomunicação proposta

por Beltrão (1980) reconhece os modos de expressão de populações marginalizadas — como gestos, códigos não verbais, oralidade e corporalidade — como formas legítimas de comunicação e resistência cultural. Esses repertórios simbólicos, frequentemente silenciados pela mídia hegemônica, revelam dinâmicas próprias de produção de sentido e afirmação identitária das classes populares (Amphilo, 2011). Ao se aproximar desses universos expressivos, a folkcomunicação possibilita uma leitura contra-hegemônica das narrativas midiáticas, evidenciando como sujeitos historicamente subalternizados encontram formas de se comunicar e resistir.

No cinema, essa abordagem ganha força, pois permite que obras como *Que Horas Ela Volta?* (2015) atuem como dispositivos de denúncia e reflexão crítica. Através de escolhas narrativas e estéticas que evidenciam o cotidiano da classe trabalhadora — seus silêncios, afetos e modos de agir — o filme tensiona estereótipos e questiona a naturalização das desigualdades, desafiando o imaginário social que associa inferioridade às camadas populares. Além de possibilitar o diálogo com o público pertencente às camadas populares por meio da mídia de divulgação (Amphilo, 2011), a folkcomunicação também atua, como ferramenta que favorece a tomada de consciência dessas populações sobre as formas de dominação simbólica que enfrentam, incentivando a reflexão crítica sobre o ideal de inferioridade historicamente atribuído a elas.

Políticas públicas e a falácia da meritocracia

O filme *Que Horas Ela Volta?* (2015) suscita reflexões sobre o papel das políticas públicas na redução das desigualdades e questiona a meritocracia como um ideal de ascensão social justa. A personagem Jéssica, filha de Val, exemplifica uma nova geração que, ao acessar oportunidades antes restritas às elites, desafia as barreiras sociais historicamente impostas aos mais pobres. Sua entrada na universidade desejada não é fruto apenas de esforço individual, mas de políticas públicas que tornam possível o acesso a instituições de ensino superior para jovens de classes populares, ao romper com as normas sociais que segmentam a sociedade com base em classe.

O processo de hierarquização das diferenças, portanto, influencia o acesso a bens materiais e simbólicos, como a educação (Kulnig, 2019). No Brasil, políticas como cotas raciais e sociais, o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) buscam reduzir desigualdades estruturais e ampliar o acesso ao ensino superior. No

entanto, o discurso meritocrático, ao desconsiderar as diferentes condições de partida dos indivíduos, perpetua desigualdades ao naturalizar o sucesso como consequência de esforço pessoal, ignorando as influências do contexto socioeconômico, como argumenta Souza (2017).

Campos *et al.* (2024) destacam que a Educação em Direitos Humanos, ao integrar as dimensões do corpo e da inclusão sociodigital, é essencial para práticas educativas mais condizentes com a realidade, especialmente quando mediadas por tecnologias acessíveis. Esse enfoque reforça a educação como um direito básico e ferramenta de transformação social, algo central no filme, que evidencia as desigualdades de oportunidades entre classes sociais.

Ainda que de forma indireta, o filme sugere a importância das políticas públicas para a formação de uma consciência crítica. Jéssica, influenciada por um professor de história, se destaca como uma personagem politizada, capaz de reconhecer sua condição social e reivindicar seu espaço. Esse aspecto reflete a relevância das políticas educacionais que não só garantem o ingresso de estudantes de baixa renda no ensino superior, mas também contribuem para sua emancipação social. Como afirma Freire (1987), a educação deve ir além da transmissão de conteúdos, promovendo a consciência social e a transformação da realidade.

Contudo, conforme observa Chauí (2006), o sucateamento dessas políticas não é aleatório, mas parte de um movimento estratégico que favorece o setor privado, restringindo o acesso à educação e à cultura para as classes populares, enquanto consolida privilégios para as elites. Esse fenômeno gera uma inclusão social superficial, que deslegitima a necessidade de políticas redistributivas, ignorando as desigualdades estruturais. Para preservar essas políticas, é essencial desafiar a ideologia dominante que naturaliza os privilégios e obscurece os mecanismos de exclusão.

Essa dinâmica de “falsa inclusão” é abordada por Sawaia (2009), como dialética da exclusão/inclusão, na qual “A sociedade exclui para incluir e esta transmutação é condição da ordem desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão. Todos estamos inseridos de algum modo, nem sempre decente e digno, no circuito reprodutivo das atividades econômicas, sendo a grande maioria da humanidade inserida através da insuficiência e das privações, que se desdobram para fora do econômico (...) O excluído não está à margem da sociedade, mas repõe e sustenta a ordem social, sofrendo muito neste processo de inclusão social”.

Dessa maneira, a obra expõe a falácia da meritocracia ao mostrar que, mesmo com esforço e talento, indivíduos como Jéssica continuam a enfrentar barreiras simbólicas e estruturais que dificultam sua plena inclusão social. O filme, portanto, provoca a reflexão nos telespectadores da relevância de políticas públicas eficazes que não só ampliem o acesso aos

direitos fundamentais, mas também combatam os processos históricos que perpetuam a desigualdade, garantindo oportunidades reais para as classes populares.

Nessa perspectiva, a partir da lente da folkcomunicação, emerge a noção de que as práticas culturais populares carregam mensagens críticas e ideológicas capazes de tensionar as narrativas dominantes (Beltrão, 1980). O marco epistêmico, nesse contexto, orienta a pesquisa comunicacional para os saberes e práticas da cultura popular, que são frequentemente ignorados, silenciados ou marginalizados pelos meios de comunicação hegemônicos. Codato (2010) mostra como as imagens e mensagens veiculadas pelos meios de comunicação cristalizam condutas e moldam percepções sobre o mundo social.

No caso da obra audiovisual, a retórica cinematográfica opera como instrumento ideológico capaz de reproduzir ou problematizar estereótipos — por exemplo, a naturalização do “lugar certo” para a filha de empregada. Quando Jéssica rompe com esse roteiro pré-definido, ela não apenas expõe a falácia da meritocracia, mas também insere no espaço midiático uma representação social alternativa, que questiona as estruturas de poder. Assim, o filme não apenas denuncia desigualdades estruturais, mas também opera como instrumento de resistência cultural, ampliando o potencial crítico do público frente à naturalização dos privilégios.

Subcidadania e invisibilidade pública

No Brasil, a subcidadania conforme Souza (2017) caracteriza uma forma precarizada de cidadania, na qual milhões de pessoas possuem direitos formalmente reconhecidos, mas sem acesso efetivo às garantias que possibilitariam sua plena concretização. Segundo Souza (2017), essa condição afeta majoritariamente os segmentos mais pobres da população, que enfrentam dificuldades estruturais no acesso à educação, saúde e justiça. Essa hierarquia social é naturalizada na cultura brasileira, reforçando processos de exclusão, marginalização e a invisibilidade pública (Costa, 2004) espécie de desaparecimento psicossocial de um homem no meio de outros homens.

A invisibilidade pública reduz o indivíduo a ser apenas um objeto, retirando dele todas as suas qualidades e aspirações. O sujeito desaparece, assim como suas dores e angústias, por conta de um uniforme, ou de uma denominação no espaço social, reafirmando assim a desigualdade onde um grupo exerce poder sobre o outro. Os pobres sofrem frequentemente o

impacto dos maus tratos e psicologicamente, sofrem continuamente o impacto de uma mensagem estranha, misteriosa: 'vocês são inferiores' (Costa, 2004).

Ademais, a noção de "ralé brasileira", proposta por Souza (2017), refere-se à camada mais vulnerável da sociedade, composta por indivíduos que se encontram à margem do acesso a bens e direitos fundamentais. Para além da pobreza material, essa parcela da população sofre um déficit de capital social e cultural que restringe suas possibilidades de mobilidade social. Diferente da classe média e das elites, a ralé é historicamente excluída da cidadania plena, sendo relegada a ocupações subalternas e à reprodução de um sistema que dificulta sua ascensão socioeconômica.

O filme *Que Horas Ela Volta?* (2015) exemplifica essa estrutura ao retratar a relação entre Val, uma empregada doméstica, e a família para a qual trabalha. Embora fisicamente inserida no espaço doméstico dos patrões, sua posição é rigidamente delimitada, refletindo a condição da ralé, que, mesmo presente no cotidiano das classes dominantes, permanece em uma relação de servidão velada, sem autonomia e submetida a normas implícitas que reforçam sua subalternidade.

A chegada de Jéssica, filha de Val, que desafia essas hierarquias ao se comportar como igual, evidencia o desconforto da elite diante da transgressão simbólica de uma barreira social historicamente construída. O incômodo dos patrões ao vê-la ocupar espaços tradicionalmente reservados às classes privilegiadas ilustra a manutenção da subcidadania não apenas por meio de mecanismos econômicos, mas também por estruturas simbólicas e culturais que reforçam a exclusão social e dificultam a mobilidade daqueles pertencentes às camadas mais baixas da sociedade.

Humilhação social e manutenção das relações de poder

Segundo Gonçalves (1998), a humilhação social se caracteriza como uma modalidade de angústia disparada pelo impacto traumático da desigualdade de classes, com mensagens constantes de inferioridade, um "golpe moral" antecipado e o ambiente político da dominação passa a "agir por dentro". Um dos efeitos desse processo a longo prazo é a humilhação crônica, esse sofrimento crônico internaliza no sujeito impossibilidade de ser digno de direitos, desse modo, alguma demonstração mínima de afeto, que por muitas vezes não é afeto de fato, mas sim uma dominação disfarçada de caridade, parece ser algo genuíno, por exemplo: a cena em que Bárbara (patroa) diz que comprará um colchão para Jéssica dormir, essa mínima ação deixa

Val extremamente grata, pois ela não se reconhece mais como um indivíduo possuidor de direitos, a dor do sentimento de humilhação passa a ser naturalizado.

De acordo com Kunis, *et al.* (2007, p. 314): “Um ato, ou em outras situações, uma verbalização pode fazer uma pessoa sentir-se inferior ou indigna de sentar-se à mesa “limpa” e segurar um talher.” Associando esse argumento ao filme, pode-se perceber que em uma das situações, Bárbara, patroa de Val, diz que quer Jéssica da porta da cozinha para fora, fazendo com que Jéssica não suporte mais e saia da casa. Essa situação configura-se como humilhação social, visto que de maneira verbal e não verbal deixavam claro que ali não era o lugar dela, desencadeando em Jéssica um impacto negativo causado pela expressão simbólica da desigualdade, o que já era vivenciado de forma natural por Val, visto que ela era afetada pela humilhação crônica, que por ter sido humilhada várias vezes, fez com que ela já enraizasse que não possuía direitos.

O sofrimento ético-político está intrinsecamente relacionado à humilhação social, uma vez que emerge das condições de injustiça impostas por estruturas sociais desiguais. Conforme aponta Sawaia (2001, p. 102), esse tipo de sofrimento difere da dor individual comum, pois não tem origem no sujeito em si, mas em fatores sociais que o atravessam e o oprimem. Trata-se de uma dor socialmente produzida e naturalizada, marcada por experiências de exclusão, desigualdade e desvalorização.

Na cena em que Bárbara retira a água da piscina para impedir que Jéssica entre novamente, evidencia-se, mais uma vez, a presença da humilhação, gerando uma sensação de emudecimento até mesmo em sua mãe. Esta, por vezes sem se dar conta, posicionava-se contra a própria filha e se silenciava diante dos patrões. Essa dinâmica, presente no filme, também se repete na realidade, em que o grupo oprimido — embora numericamente majoritário — sente-se restrito em ser quem é, diante de uma minoria privilegiada que se legitima como superior.

Sofrimento ético-político, naturalização da submissão e violência simbólica

Ao longo do filme, é possível perceber que Val não precisa estar na presença de seus patrões para apresentar um comportamento subserviente a eles, isso se dá devido à constante humilhação social que ela sofre, é como se houvesse um sentimento permanente de inferioridade que produz um “golpe moral” antecipado, sendo assim a dominação passa a agir de forma interna (Bourdieu, 2002).

A dinâmica das relações entre empregadores e empregados domésticos no Brasil é atravessada por desigualdades sociais historicamente enraizadas, que resultam na invisibilização e desumanização dos trabalhadores domésticos (Souza, 2019). Essa estrutura de poder se reflete nas interações cotidianas dentro dos lares das elites, onde o afeto e a proximidade não rompem as barreiras hierárquicas que limitam o reconhecimento da subjetividade desses trabalhadores (Holanda, 2021).

Na obra analisada, essa questão é evidenciada em uma cena na qual Val, serve os convidados durante uma festa. Os adultos ignoram sua presença, não lhe dirigindo sequer um olhar ou uma palavra de agradecimento, o que reforça a naturalização de sua condição de subalternidade. A única interação que Val recebe vem dos adolescentes amigos de Fabinho, filho dos patrões. Contudo, essa interação se dá por meio de brincadeiras que a colocam em uma posição desconfortável. Apesar de demonstrarem certa afeição por ela, tratam-na como uma figura caricata, uma espécie de “bobo da corte”, cuja presença é permitida apenas enquanto entretém ou serve.

Essa representação cinematográfica se alinha à análise de Souza (2019) sobre a permanência de uma mentalidade escravocrata na sociedade brasileira, em que a classe dominante estabelece limites rígidos para a mobilidade social e o reconhecimento dos trabalhadores domésticos como sujeitos plenos. Além disso, como aponta Holanda (2021), o trabalho doméstico, mesmo quando permeado por laços afetivos, segue estruturado por relações de poder que reforçam a desigualdade, evidenciando a dificuldade de rompimento com esse modelo social excludente. Dessa forma, a cena em questão não apenas expõe a desumanização da empregada doméstica, mas também ilustra como as relações entre classe e trabalho no Brasil continuam a reproduzir a marginalização desses sujeitos no espaço privado da casa.

Cabe ressaltar que outro elemento presente no filme, é a violência simbólica (Bourdieu, 2002) a qual é manifestada de maneira sutil, mas constante, nas interações entre Val e seus patrões. Conceito desenvolvido por Pierre Bourdieu (2002), referindo-se à imposição de uma visão de mundo que leva os indivíduos dominados a aceitarem sua posição de subalternidade como algo natural. Essa violência não se dá de forma explícita, mas é exercida por meio da cultura, dos hábitos e da linguagem, moldando a percepção dos próprios sujeitos sobre seu lugar na sociedade.

Desde o início do filme, percebe-se que Val ocupa um espaço intermediário na casa de seus empregadores: ao mesmo tempo em que é tratada com aparente cordialidade, é mantida à

margem das decisões e privilégios da família para quem trabalha. Bárbara, a patroa, tenta demonstrar consideração por Val, mas suas atitudes reiteram uma hierarquia social rígida, como quando estabelece limites sobre onde ela pode estar ou quais espaços lhe são permitidos. Essa relação reflete a naturalização de uma estrutura de dominação que se perpetua sem necessidade de coerção explícita.

A chegada de Jéssica, filha de Val, ao ambiente da casa amplia a percepção dessa violência simbólica. Diferente da mãe, Jéssica não aceita as regras implícitas que limitam o lugar da empregada e se comporta como uma igual, utilizando os mesmos espaços que a família. Sua atitude desconcerta os patrões e até mesmo Val, que, habituada à subserviência, tenta corrigir o comportamento da filha. Esse choque entre gerações evidencia o poder da violência simbólica na formação subjetiva dos indivíduos: Val, ao longo dos anos, internalizou sua posição na estrutura social e acredita que desafiar esse sistema não é apenas inadequado, mas inviável.

Outro momento emblemático ocorre quando Jéssica se senta à mesa da família e se permite usufruir do mesmo sorvete reservado para o filho dos patrões. Esse simples ato revela como os objetos e espaços cotidianos carregam significados de distinção social. Para os patrões, o desconforto surge não por uma afronta direta, mas pela quebra de um código invisível que regula as posições sociais. Jéssica, por sua vez, questiona esse código ao se recusar a aceitar a desigualdade como natural. A violência simbólica, portanto, não apenas impõe limites, mas também molda subjetividades, levando os próprios dominados a reproduzir as normas que os mantêm em uma posição inferior.

Conclusão

No que tange a psicologia social, o seu principal objeto de estudo é a relação do ser humano com o seu meio e com os outros seres humanos. E enquanto criação e criador de seu meio, o indivíduo também é capaz de construir a comunicação (Benetti, 2013). O cinema é um veículo de comunicação que ocupa uma posição privilegiada na sociedade, em uma relação dialética, ele constroi e é construído pela realidade (Bueno; Zanella, 2022), para além disso, o cinema tem grande potencialidade de alcance a diversos públicos, podendo ser uma ferramenta usada para perpetuar não apenas modos de opressão, como também como uma forma de transgredir a hegemonia vigente ao fazer diálogos com a classe subalternizada e com a cultura popular, como através da folkcomunicação, que segundo Amphilo (2011, p. 198) “parte dos pressupostos funcionalistas, com vistas ao diálogo, ao desenvolvimento, à integração social, às

transformações sociais e à inter-relação, principalmente, dos sistemas comunicacionais, formais e informais [...]"

Diante dos elementos analisados e apresentados, infere-se que a desigualdade ultrapassa o que é previsto pelo viés economicista (Souza, 2009), uma vez que ela possui toda uma construção subjetiva, que distingue as pessoas, constroem suas identidades e limita o acesso a determinados bens (tanto materiais quanto imateriais). A subjetividade da formação da desigualdade permite com que exista um enraizamento da meritocracia na mentalidade coletiva, o que acaba por justificar e naturalizar as violências cometidas.

Além disso, o sofrimento ético-político conceituado por Sawaia (2001) exprime como essa crença coletiva afeta diretamente o indivíduo que se encontra em classes minoritárias, visto que, produz e reforça a sensação de inferioridade desse grupo, o que ocasiona, inclusive, que suas ações sejam de certa forma omissas em relação a humilhação social por eles vivenciadas. A personagem Val, considera por diversas vezes a atitude de diferenciação dos patrões como algo normal, pois de acordo com o contexto e a conjuntura social, existe essa diferença entre "nós" e "eles", podendo ser exemplificado como classe dominante *versus* classe dominada.

É este processo também que corrobora para que exista uma hierarquização nas relações sociais (Kulnig, 2019), por um lado a subjetividade de alguns é criada a partir de um ideal de superioridade, logo, possuem liberdade e poder para fazer o que quiserem. Por outro lado, existem os que deveriam se submeter aos anseios da classe dominante, e se constituir a partir de um ideal de inferioridade. Sendo uma trama tão bem articulada que certas atitudes, ainda que segregadoras, são vistas como atos de bondade.

Outrossim, é sobretudo nesse cenário de permissão e proibição que se manifesta a violência simbólica conceituada por Bourdieu (2002). Ela se apresenta de modo sutil, o que a torna mais propícia de aceitação, mas, por outro lado, possui um impacto significativo, pois afeta a psique do indivíduo fazendo com que a sua visão de mundo seja alterada. É como se a relação de dominação fosse um processo natural tanto para quem domina quanto para quem é dominado.

Nesse sentido, como parte dos mecanismos de manutenção de poder e dominação, a humilhação social — entendida como um processo histórico e repetitivo dirigido a determinados grupos sociais — produz efeitos psicológicos significativos, como a angústia e, de forma ainda mais grave, a naturalização das desigualdades e a erosão do sentimento de pertencimento a uma ordem de direitos (Gonçalves, 1998).

Todo o contexto de humilhação social e violência simbólica coloca essa população em uma condição de subcidadania (Souza, 2017) e de invisibilidade pública (Costa, 2004). Ambos os conceitos se articulam como efeitos diretos do processo de desigualdade social, no qual os sujeitos afetados encontram-se imersos em uma realidade que os impede de usufruir plenamente da cidadania. Tal impedimento se expressa, sobretudo, na limitação do acesso a oportunidades, recursos e direitos garantidos pela Constituição brasileira. Essa população, portanto, vive de forma “invisível” aos olhos do Estado e da sociedade, uma vez que suas demandas e necessidades são sistematicamente negligenciadas.

Destarte, comprehende-se que os conhecimentos e a abordagem da Psicologia Social se configuram como instrumentos eficazes para ampliar as discussões sobre a desigualdade social no Brasil, entendida como a hierarquização das diferenças (Kulnig, 2019). Além disso, observa-se o papel do cinema como espaço de expressão das dinâmicas sociais historicamente perpetuadas nas relações de classe. Dessa forma, sugere-se que mais estudos sejam realizados e publicados nessa linha teórica, uma vez que ela contribui para desconstruir a noção de meritocracia e a naturalização da submissão de sujeitos em situação de sofrimento ético-político, humilhação social, invisibilidade pública e subcidadania.

Ademais, ressalta-se a importância do fortalecimento das políticas públicas e da garantia de direitos básicos, como a educação, para possibilitar a transformação social de indivíduos em situação de vulnerabilização decorrente de processos de marginalização. Tais políticas devem ser compreendidas não apenas como medidas paliativas, mas como ações estruturais que visam reverter condições de exclusão e desigualdade. Ao assegurar o acesso a esses direitos fundamentais, as políticas públicas promovem não apenas a melhoria das condições materiais de vida, mas também desempenham um papel essencial na formação da identidade dos sujeitos e na maneira como percebem a si mesmos e o mundo ao seu redor — ou seja, na construção das subjetividades. Dessa forma, elas contribuem para a reconstrução da autopercepção, do reconhecimento do próprio lugar na sociedade, da consciência de direitos e da relação com o outro. Além disso, fortalecem a autonomia e a capacidade crítica de grupos historicamente vulnerabilizados, promovendo uma inclusão efetiva, tanto no plano material quanto no plano simbólico e subjetivo.

Referências

- ABRAMOVAY, M; et al. (2002). **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios parapolíticas públicas**. Brasília: Unesco.
- AMPHILO, M. I. FOLKCOMUNICAÇÃO: por uma teoria da comunicação cultural. **Revista Internacional de Folkcomunicação**, v. 9, n. 17, p. 01-22, 2011.
- AMPHILO, C. E. A gênese e os fundamentos da Folkcomunicação. **Anuário Unesco/Metodista de Comunicação Regional**, v. 15, p. 193–212, 2011.
- BELTRÃO, L. **Folkcomunicação: a comunicação dos marginalizados**. Petrópolis: Vozes, 1980.
- BENETTI, I. C. Psicologia social e a infância perdida em “Cidade de Deus”. **Bol. Acad. Paulista de Psicologia**, São Paulo, v. 33, n. 85, p. 388-404, 2013.
- BOURDIEU, P. (2002). **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. Tradução de Daniela Kern e Guilherme João de Freitas Teixeira. Porto Alegre: Zouk, 2007
- BUENO, G.; ZANELLA, A. V. Imagem, cinema e psicologia: compondo aproximações entre arte e ciência. **Psicologia USP**, v. 33, p. 1-10, 2022
- CAMPOS, I; SILVA, M. P. ; NEVES, B. C. . Educação em direitos humanos, corpo e inclusão sociodigital: uma análise sobre o curso sobre covid no aplicativo Academia de Direitos Humanos da Anistia internacional - **Dossiê: Folkcomunicação, saúde e saberes populares. Revista Internacional de Folkcomunicação**, v. 22, p. 29-52, 2024.
- CAMPOS, I; CIRINO, M. S. ; MELO, A. C. M. ; NASCIMENTO, M. V. Q. ; SANTOS, C. P. A Representação da Saúde Mental do Cinema Brasileiro no Decorrer dos Anos 2000 e 2010 e sua correlação com as realidades sociais. **Revista Livre de Cinema**, v. 11, p. 81-101, 2024.
- CHAUÍ, M. (2006). **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Unesp.
- CODATO, Henrique. **Cinema e representações sociais: alguns diálogos possíveis**. Verso e Reverso, São Leopoldo, v. 29, n. 55, p. 47-56, jan./abr. 2010.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP Nº 005 2003**. Reconhece a Psicologia Social como especialidade em Psicologia para finalidade de concessão e registro do título de Especialista.
- COSTA, F. B. **Homens invisíveis: Relatos de uma Humilhação Social**. São Paulo: Globo, 2004.
- FREIRE, P. (1987). **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HOLANDA, M. A. **Subjetividade e trabalho doméstico: a construção da identidade da empregada doméstica no Brasil**. São Paulo: Editora Social, 2021.
- GONÇALVES FILHO, J. M. Humilhação social - um problema político em psicologia. **Psicol. USP [online]**. 1998, v. 9, n. 2, p. 11-67.

KULNIG, R. C. M. **A dimensão subjetiva da desigualdade social no processo de escolarização das elites: um estudo sobre práticas escolares no Ensino Médio.** 2019. 273 f. Tese (Doutorado em Educação: Psicologia da Educação). Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

KUNIS, M.; CRUZ, S.; CHECCHIA, M. A. Humilhação social: análise de uma experiência da desigualdade social. **Ciência e Saúde**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 313-322, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** ed. 21. Petrópolis: Vozes, 2002.

NAPOLITANO, Marcos. **Como usar o cinema na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 2003.

Que horas ela volta ? Direção: Anna Muylaert. Rio de Janeiro: Globo Filmes, 2015. 1 DVD (114 min), color. SAWAIA, Bader.

RODRIGUES, Aroldo; ASSMAR, Eveline M. Leal; JABLONSKI, Bernardo, **Psicologia Social.** 18^a ed. Reformulada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SOUZA, J. **A Ralé Brasileira: quem é e como vive.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SOUZA, J. **A elite do atraso: Da escravidão à lava jato.** Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SAWAIA, B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. *In: SAWAIA, Balder (org); WANDERLEY, Mariangela Belfiore; VÉRAS, Maura; JODLET, Denise; PAUGAM, Serge; CARRETEIRO, Tereza Cristina; MELLO, Sílvia Leser de; GUARESCHI, Pedrinho A. As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social.* 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SAWAIA, Bader Burihan (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009a.

XAVIER, Ismail. **O discurso cinematográfico: a opacidade e a transparência.** São Paulo: Paz e Terra, 2005.